

Saneamento: uma tragédia brasileira

Síntese: Na oitava maior economia do mundo, cerca de 100 milhões de pessoas não têm acesso a redes de esgoto. Entre 2000 e 2008, o total de domicílios brasileiros sem esgotamento sanitário manteve-se estacionado. Estima-se que, para levar água e esgoto a todos os lares do país, seria necessário investir R\$ 252 bilhões, o que, no ritmo atual, demandaria meio século. A falta de saneamento afeta diretamente a saúde: pelo menos 1.300 mortes decorrentes de infecções gastrointestinais – principalmente de crianças – poderiam ter sido evitadas no país em 2009, se todos dispusessem de água, coleta e tratamento de esgoto. Um misto de inépcia, descaso governamental, desorganização e indefinição de regras explica a maior parte das atuais dificuldades.

Em pleno século 21, o Brasil ainda convive com situações que mais parecem saídas da época medieval. É o que acontece com as condições de saneamento básico no país. A maioria dos domicílios não é servida por rede de esgoto, o tratamento de dejetos é irrisório e há imensas regiões onde a água fornecida não é tratada. É uma realidade que teima em não se acomodar à rósea publicidade oficial.

Pesquisa divulgada neste mês pelo IBGE mostra quão pouco os serviços de saneamento avançaram no país nos seis primeiros anos do governo Lula. Na oitava maior economia do mundo, 32 milhões de domicílios continuam sem ter acesso a redes de esgoto, conforme dados de 2008. Isso significa que em torno de 100 milhões de brasileiros ainda não contam com este serviço básico, cuja necessidade de expansão integra, inclusive, as Metas do Milênio da ONU.

Em 2.495 municípios brasileiros não há um único metro de rede de esgoto instalado. Tal situação quase não se alterou no período recente: desde 2000, apenas 192 novas cidades do país passaram a contar com serviço de esgotamento sanitário. Na região Norte, das 449 localidades só 60 são atendidas com coleta.

Demora em excesso

O levantamento do IBGE descortina uma realidade ainda mais assustadora do que a revelada pela PNAD no ano passado, segundo a qual os domicílios sem rede de esgoto perfaziam 27 milhões no país. Visto por regiões, o quadro é desolador: exceto o Sudeste, nenhuma tem mais de 35% de suas casas servidas por esgotamento. A média nacional fica em 44%. Oito milhões de brasileiros não têm banheiro em casa. Para completar, não chega a um terço o total de municípios que tratam o esgoto que coletam.

Mesmo no abastecimento de água, o país ainda exhibe suas chagas. Em uma de cada cinco residências o líquido não chega às torneiras; na região Norte tal proporção alcança 55%, atingindo 73% no estado de Rondônia. Em muitos municípios a água até é servida, mas não recebe qualquer tratamento antes de chegar às casas: no Pará, por exemplo, isso acontece em 40% dos municípios.

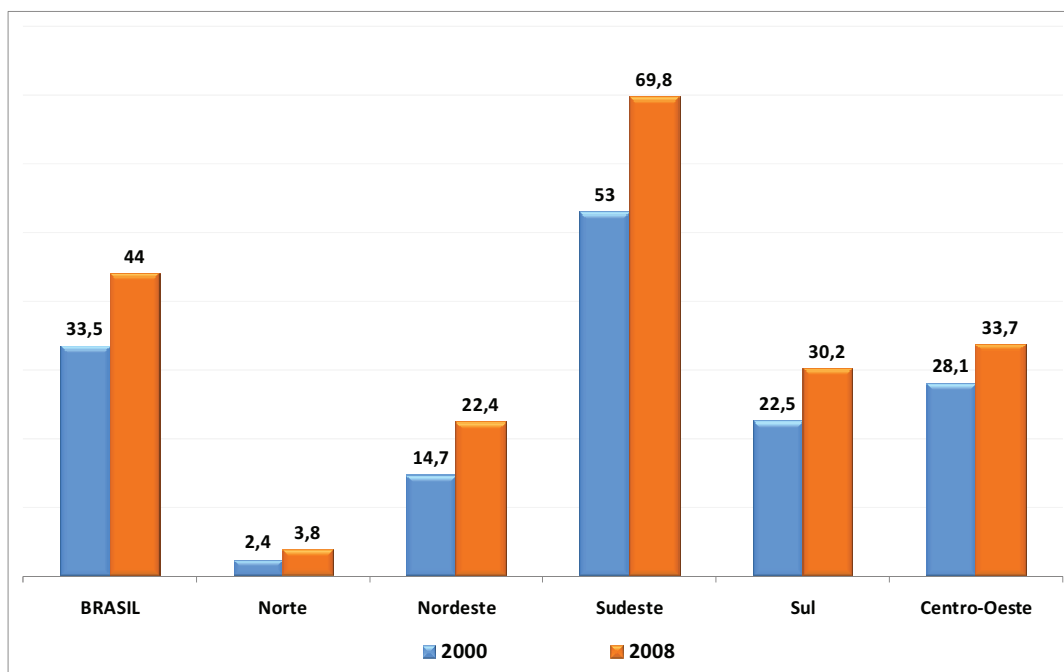
Enquanto outros serviços básicos, como eletricidade e telecomunicações, expandem-se em velocidade constante e estão próximos da universalização, o saneamento teima em continuar patinando. Entre 2000 e 2008, o número de residências sem acesso à rede de esgoto praticamente não se alterou: passou de 31,8 milhões para 32,3 milhões. A expansão havida foi suficiente apenas para acompanhar o crescimento vegetativo no período. Estima-se que, para levar água e esgoto a todos os lares do país, seria necessário investir R\$ 252 bilhões. Como a média atual não passa de R\$ 5 bilhões ao ano, seria preciso pelo menos meio século.

O inócuo PAC

Insuficiente tem sido a atuação do governo federal para reverter este quadro. Um misto de inépcia, descaso, desorganização e indefinição de regras explica a maior parte das dificuldades. Apenas no último mês de junho o país passou a contar com um conjunto de normas que regulamentam a prestação de serviços prevista na Lei de Saneamento Básico aprovada em 2007. (Na ocasião em que assinou tal decreto, o presidente Lula se disse "surpreso" com a demora de seus ministros.)

O grosso do serviço de esgotamento sanitário no país (exatos 95,3%) é prestado por empresas estaduais e municipais. Mas a maioria delas encontra-se atolada em má gestão, tem dificuldades financeiras, não dispõe de técnicos qualificados e, desta maneira, não tem condições sequer de tomar empréstimos. Das 26 concessionárias estaduais, apenas sete podem ser consideradas bem estruturadas. Os índices de perda de água ilustram o nível de ineficiência do setor: na média, ultrapassam 40%.

Domicílios com acesso à rede de esgoto (em %)



Fonte: IBGE / Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2008

O governo petista alardeia ter destinado R\$ 40 bilhões para obras de saneamento por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Nada mais inócuo. Para começar, desse montante, apenas 30% são recursos não onerosos do Orçamento da União. Metade destina-se a empréstimos e

financiamentos, que, como já foi visto, as concessionárias não têm condições de tomar. Mais que em qualquer outro segmento, o PAC do saneamento não passa de uma reluzente miragem.

Prova disso é que das 8.509 ações previstas para o setor no programa, nada menos que 4.824 continuam onde sempre estiveram, ou seja, no papel. Passados 40 meses do lançamento do PAC, nada além de 12% das obras de saneamento foram finalizadas, de acordo com levantamento recente da ONG Contas Abertas. Sem que estados e municípios ganhem condições de se preparar para realizar os investimentos que lhes cabem, os recursos permanecerão estéreis.

Mais saúde, menos mortes

Tentativas de desafogar as empresas concessionárias – e, com isso, impulsionar a expansão da cobertura – pararam na parede do governo federal. Uma delas previa desonerar investimentos em saneamento de PIS e Cofins, algo suficiente para liberar R\$ 2 bilhões anuais para aplicar na melhoria dos serviços. Foi vetada. Sem os marcos legais, que só recentemente foram definidos, a participação privada também não deslanchou e o sistema manteve-se capenga.

Saneamento não é apenas mais qualidade de vida; é saúde na veia da população. Segundo estudos da Fundação Getúlio Vargas, cada real aplicado em esgotamento e água tratada pode resultar em até quatro reais economizados em atendimentos hospitalares. Cada 1% a mais de cobertura sanitária diminui em 6% as mortes de crianças carentes.

Se os serviços de saneamento já estivessem universalizados no país, pelo menos 1.300 mortes decorrentes de infecções gastrointestinais – metade delas no Nordeste e principalmente de crianças – poderiam ter sido evitadas em 2009. Considerando-se que tal estimativa baseia-se apenas nos casos que resultaram em internações em hospitais, o número de vidas que poderiam ter sido salvas é certamente muito mais alto.

Um país que se pretende grande e desenvolvido não pode conviver com uma situação como a descrita pelo IBGE – e que em algumas de nossas zonas rurais assemelha-se ao que de pior existe no mundo. Levar água às torneiras, instalar redes de esgoto e tratar os dejetos coletados é imperativo quando se pretende oferecer melhores condições de vida à população. O governo Lula nada fez para mudar esta lastimável realidade. No pouco que agiu, conseguiu mais atrapalhar do que ajudar.



"Brasil Real - Cartas de Conjuntura ITV" é uma publicação quinzenal do Instituto Teotônio Vilela.

INSTITUTO TEOTÔNIO VILELA – www.itv.org.br

Instituto Teotônio Vilela . Senado Federal Anexo 1 - 17º andar - Sala 1707 . CEP 70165-900 . Brasília – DF . Tel.: (61) 3311-3986 / 3311-4338 / 3224-5282 / 3323-7990 . Fax: (61) 3311-3891 . itv@itv.org.br